

Governo abaterá US\$ 200 milhões

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — O Governo brasileiro conseguirá abater de sua dívida externa um total de 200 milhões de dólares — cerca de 28 bilhões de cruzados à cotação do black — com o primeiro leilão de conversão da dívida externa a ser realizado hoje, já apelidado de super-terça da conversão, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O valor do abatimento corresponderá ao limite estabelecido nesse leilão, um total de 150 milhões de dólares, mais um deságio de 25 por cento.

“O lote é pequeno demais para a expectativa criada em torno desse tema”, afirmou o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, ao manifestar sua convicção de que todos os créditos serão convertidos já no primeiro informe feito pelo leiloeiro oficial. Segundo ele, o mais importante do processo de conversão é que, além do abatimento da dívida brasileira, ocorrerá aumento do prazo de carência dos empréstimos que estão vencendo. Isso porque quem converter créditos em investimentos de risco só poderá mandar de volta para seu país o capital investido após 12 anos. Mas terá autorização para remeter os rendimentos obtidos nessa aplicação.

Os leilões de conversão são destinados apenas para os créditos já vencidos e depositados no Banco Central pelos devedores. Os credores interessados na conversão por investimentos diretos em empresas ou em fundos de conversão deverão apresentar propostas de descontos sobre o valor da dívida. Como em qualquer leilão, quem oferecer maior lance — no caso desconto — adquire o direito de converter.

De acordo com o edital do Banco Central, divulgado no final da semana passada, o limite do primeiro leilão será de 150 milhões de dólares, sendo a metade para integralização do capital de novas sociedades, aumento de capital de sociedades já existentes ou em valores mobiliários através de fundos de conversão — capital estrangeiro. A outra parte será destinada a aplicações em projetos a serem desenvolvidos nas áreas da Sudene, Sudam, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas Gerais. O lote padrão neste leilão será de 100 mil dólares e as taxas de desconto serão de 0,5 por cento. Isso quer dizer que se oferecido um desconto de 20 por cento venha a ocorrer procura superior ao total de 150 milhões de dólares, a taxa sofre automaticamente mais 0,5 por cento e assim por diante até que os lances se equilibrem ou fiquem abaixo do volume ofertado pelo Governo.

Para dar maior transparência ao processo, o BC estabeleceu que as corretores vencedoras do leilão terão de identificar seus clientes junto à direção da Bolsa até o meio-dia de quarta-feira. Poderão participar dos leilões, sempre representadas por sociedade de corretora, quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no exterior. Antes de ir ao leilão o proprietário do crédito já terá esclarecido os seus objetivos de investimentos por fundo de ações de empresas brasileiras ou investir diretamente os recursos numa determinada companhia. Obtido o direito de conversão no leilão, ele recebe um certificado de investimento relativo ao total convertido menos o deságio, que ficará para o Governo.

Segundo o presidente da Bolsa paulista, autor de um projeto de dívida em capital de risco utilizado pelo governo nas negociações paraversão regulamentação desse processo, o Brasil perdeu muito tempo discutindo detalhes da questão, deixando de converter, somente em 87, cerca de 500 milhões de dólares da dívida externa, o que lhe permitiria um alívio nas contas externas. Apesar da moratória. “Quando esse projeto estiver totalmente implantado é possível que sejam convertidos até 2 bilhões de dólares por ano”, previu.

Mas nem todos partilham desse otimismo. Além das críticas de desnacionalização de parte da economia, com maior aporte de recursos estrangeiros, há também cautela dos grandes credores brasileiros. Os bancos internacionais como City, Morgan, Midland, Chase Manhattan que detêm 20 por cento do total conversível da dívida brasileira, estimada em torno de 66 bilhões de dólares, só aceitam participar da conversão se não houver necessidade do desconto. Os banqueiros alegam não ser correto o Governo brasileiro cobrar um ágio sobre um valor a que eles têm direito.

A reação a essa proposta apresentada pelo representante do City durante seminário sobre conversão da dívida em São Paulo — partiu fulminante do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo. “Não dá para fazer dois critérios: um para os bancos pequenos outro para os grandes; tem que ser tudo igual. Ou vai ser assim ou então a Bolsa de São Paulo não participa desse processo de leilão”, ameaçou. Para ele, as dificuldades no mercado financeiro internacional alegadas pelos banqueiros para a recusa da conversão com deságio não podem servir de justificativa para mudanças de regras. “Foi uma luta tremenda para chegarmos nesse consenso e agora querem mudar, eu não posso aceitar isso”, disse.